

### 3 Olhares e falas: a experiência de observar

A partir dos anos 80 do século passado, os estudiosos que buscavam novas molduras referenciais procuraram por outras orientações epistemológicas que lhes produzissem novas respostas (e novas questões) que pudessem dar conta dos problemas acima discutidos e também relacionar a estes as dimensões estéticas e políticas da produção literária e da historiografia literária. Este grupo também passa a questionar a necessidade de projetos de escrita de histórias da literatura frente à relevância que o discurso sobre o passado teria nas sociedades a porta do terceiro milênio. O questionamento de sobre estes esforços (Schmidt, 1996) sugere que a missão ainda encontrava o seu espaço, pois estava em sintonia com as urgências de se estabelecer novos paradigmas para a produção científica e para a condição flutuante das soluções apontadas até aquele momento.

Segundo Rusch (1996), as críticas à teoria da literatura e à teoria da história da literatura apontaram para a necessidade de se debater os problemas existentes na prática das histórias literárias, especialmente a partir do texto de Jauss acima apresentado, que introduziu conceitos interessantes para o debate, entre eles, e talvez o mais importante, a idéia de um horizonte de expectativas, a moda husserliana. Associada à busca de uma nova identidade e legitimidade, a história da literatura se aproxima do enfoque sociológico, que permanece forte nas produções historiográficas até o presente (Rusch, 1996). Ainda segundo Rusch (1996), esta guinada não resultou numa superação das posturas de produção de histórias da literatura que se desligam dos fatos históricos

relevantes em função da sua preocupação excessiva com o texto. O que sugere o autor é que a problemática tradicional continua presente apesar das molduras conceituais que sugerem inovações apenas na maneira de se formular os mesmos problemas, sem apresentar novas soluções. Isso implica dizer que a idéia de uma história literária entendida como história social tenha enfraquecido a percepção de problemas filosóficos e epistemológicos essenciais da escrita de histórias em geral e da historiografia literária. (Schmidt, 1996). Segundo ambos os autores, é preciso focalizar os problemas fundamentais das escritas de histórias da literatura, ou seja, problemas como a questão da seletividade, da exclusão de certos domínios de uma perspectiva histórico-literária, questões sobre a periodização, o debate entre as perspectivas em relação à mudança social e literária, por exemplo.

Rusch sugere várias evidências que justificam sua preocupação com o fato de que a história da literatura não acompanha a ciência da história no seu processo de afastamento da tentativa de construir uma imagem viva e precisa do seu objeto de estudo, apesar de ter se organizado em torno de novas propostas que sugerem a construtividade dos conceitos e a relativização dos objetos de estudo como premissas fundamentais. Rusch (1996, p. 140) sugere perceber este afastamento através das propostas de cientistas como R. G. Collingwood, que organiza seu trabalho a partir da crença da construção de coerências discursivas organizadas pelo historiador e nega a existência de dados propriamente ditos, apoiando seus trabalhos nos fatos históricos revelados na dinâmica entre o pensamento do historiador e sua tentativa de compreender a sua percepção de mundo. Os destaques, nesta perspectiva, seriam a parcialidade, a subjetividade, a relatividade e a construtividade consideradas como básicas no processo historiográfico. Tornar estes princípios plausíveis e utilizá-los como ponto de partida para uma abordagem crítica da historiografia

possibilitaria uma abertura para se discutir soluções esboçadas para os seus problemas fundamentais, assim como ocorre no espaço de uma filosofia construtivista do conhecimento da ciência.

Subscrevendo uma postura construtivista radical<sup>1</sup>, Tanto Rusch como Schmidt sugerem que os conceitos de “passado” e “história” são manifestações de complexas ações cognitivas que dependem de fatores bio-psico-sociais. Aquilo que se constitui como conceitos “de fato” são, de acordo com esta orientação, construtos dependentes de fatores éticos, políticos e ideológicos, e de suposições, convicções e hipóteses específicas. Estes conceitos são disseminados de forma a serem considerados como verdades. Contudo, eles refletem um processo de fundamentação de uma forma de autoconsciência (Rusch, 1996, 143). Conceitos como “história”, “passado”, “verdade” são construídos neste processo, segundo as orientações construtivistas radicais. Como funciona, então, esta perspectiva, que é escolhida para fundamentar as novas questões sobre a historiografia literária no fim do século XX?

Ao se lançarem estas questões, outras indagações fundamentais sobre a condição humana surgem: Como o ser humano percebe e tenta acessar o passado? O que significa falar sobre um fato? O que significa dizer – se essa ainda é uma afirmativa válida - que o homem é capaz de acessar a realidade? E como o homem entende e percebe esta realidade e a si próprio?

Uma série de investigações na área da cognição propôs uma visão nova destas questões a partir de estudos sobre a percepção realizados no fim do

---

<sup>1</sup> A teoria do Construtivismo Radical será abordada com detalhes mais adiante.

século XX. Roger Sperry<sup>2</sup>, por exemplo, apresenta suas pesquisas sobre a rotação dos olhos dos anfíbios, demonstrando, após a alteração do movimento da órbita ocular através de procedimentos cirúrgicos, que eles passavam a se orientar a partir de novos ângulos de visão. Para se alimentar, os sapos, utilizados nas pesquisas de Sperry, aproximam-se da presa (insetos pequenos) e lançam sua língua retraindo-a rapidamente para dentro da boca com a presa ali aderida. Ao cortar o nervo óptico de um dos olhos de girinos, o cientista ligava-o posteriormente com uma rotação de 180°. Os animais cresciam nessas condições e então observa-se que com o olho normal coberto ele não é mais capaz de capturar a sua presa, pois a sua língua é sempre lançada a um ponto que apresenta também um rotação de 180° com o ponto onde está a mesma. Para esse animal não há em cima, ao lado, etc. O que há é “... *somente uma correlação interna entre o lugar da retina que recebe uma perturbação e uma contração muscular que move a sua língua, pescoço, e, de fato, todo o corpo do sapo*”. (Maturana, 1992:126).

Estes animais então, organizavam suas percepções de acordo com estas novas condições. Isso levou Humberto Maturana<sup>3</sup> a questionar o status imanentista dos objetos ao ponderar os resultados dos estudos de Sperry, que sugeriam as características espaciais dos objetos percebidos eram dependentes da estrutura dos instrumentos de percepção.

---

<sup>2</sup> O biólogo americano Roger Sperry é conhecido pelas suas pesquisas sobre os hemisférios cerebrais e foi o vencedor do prêmio Nobel de biologia. As questões acima apresentadas são tratadas com maiores detalhes nos textos *Effect of 180 degree rotation of the retinal field on visuomotor coordination* (Sperry, 1943) e *Functional results of crossing sensory nerves in the rat* (Sperry, 1943b).

<sup>3</sup> Biólogo chileno, crítico do Realismo Matemático e criador do conceito de autopoiese, Humberto Maturana faz parte dos propositores do pensamento sistêmico construtivista.

Nas suas próprias pesquisas na década de 60, Maturana já havia chegado a conclusões parecidas ao constatar que a percepção das cores pela retina depende muito mais de uma atividade do sistema nervoso do que de uma percepção de situações espectrais específicas<sup>4</sup>. Baseado em suas reflexões sobre estas pesquisas, Maturana sugere que os processos cognitivos são atividades que não correspondem a uma internalização de informações captadas do mundo externo. Para o biólogo, o sistema nervoso opera de forma fechada, ou seja, ele não tem contato direto com seu ambiente externo e o organismo é a referência a partir da qual as operações realizadas ganham sentido como operações cognitivas. Isso significa dizer que o sistema nervoso apenas registra sinais neuronais que não dizem nada a respeito das coisas que estimularam os órgãos sensoriais. O cérebro humano, como parte desta rede sistêmica, acessa o mundo externo através de recursos sensoriais que sofrem estímulos que funcionam como gatilhos externos e que alteram as propriedades elétricas do sistema. Estes estímulos elétricos são transferidos para o cérebro em forma de impulsos nervosos. Maturana então sugere perceber este sistema como parte constitutiva e inseparável do organismo, já que ele funciona como um componente constituinte de uma organização interativa cuja manutenção depende da relação entre o que o organismo vive e o que já vivenciou. O sistema nervoso, pode-se então dizer, é cognitivamente e semanticamente fechado e é auto-referencial e auto-explanatório, ou seja, não tem acesso direto a externalidade. Maturana também sugere que o fechamento operacional é a característica da organização do sistema nervoso que o constitui como uma rede de componentes ativos e que qualquer mudança de relação entre estes componentes leva a outras mudanças no interior deste sistema. Quando se

---

<sup>4</sup> Maiores detalhes sobre as experiências de Maturana podem ser encontrados em Maturana, H. R., Lettvin, J. T., McCulloch, W. S., Pitts, W. H. Anatomy and physiology of vision in the frog (*Rana pipiens*). *J. Gen. Physiol.* 43: 129-175, 1960. Lettvin, J. T., Maturana, H. R., McCulloch, W. S., Pitts, W. H. Two remarks on the visual system of the frog. *Sensory Communication*. Ed. W. A. Roseblith. pp. 757-776, 1961.

move o braço para cima, por exemplo, observa-se a contração de certos músculos que produzem este movimento. Para o sistema nervoso o que acontece é a constante relação entre elementos sensório-motores, numa operação circular de mudanças de relação. Já para os observadores, esta é uma mudança de comportamento. Contudo, para o sistema nervoso, estas são apenas operações circulares nas quais todo estado de uma atividade leva a outro estado na rede interna da unidade do sistema sem provocar a perda da unidade deste sistema. Um exemplo citado por Maturana e Varela (1998) seria o do piloto de um submarino que ao chegar ao porto é efusivamente parabenizado pelas suas manobras que evitaram os corais e os rochedos submersos. Surpreso com as congratulações, ele disse não saber nada sobre rochedos ou corais. Ele apenas interpretou os sinais eletrônicos do seu painel de controle e realizara as operações que estes sinais determinavam. É assim que as operações do sistema nervoso funcionam: os órgãos sensoriais traduzem eventos do meio ambiente, que são inacessíveis para o cérebro devido ao seu fechamento operacional. Neste processo de tradução o cérebro é forçado a se apoiar em princípios estratégicos de processamento de sinais e de construção de significado que foram desenvolvidos na sua evolução ontogenética e filogenética. Aquilo que se torna "consciente" é algo modelado e impresso automaticamente no cérebro (Schmidt, 1996; Maturana e Varela, 1989).

Como visto acima, então, Maturana sugere perceber o sistema nervoso como parte constitutiva e inseparável do organismo, ou seja, como parte de uma *unidade complexa* (o organismo) que é um componente constituinte de uma organização interativa. Sobre o conceito de unidade desenvolvido por Maturana, é importante apontar para a distinção feita por ele entre unidades simples e compostas. Uma unidade simples seria aquela que pode ser percebida (diferenciada) como um todo, sem decompô-la em partes. Contrariamente, as

unidades compostas são percebidas como sendo formadas por partes que podem ser separadas. Quando se pensa nas unidades simples em comparação com as compostas percebe-se também que as primeiras precisam apenas que suas propriedades sejam definidas, enquanto as últimas carecem de uma observação das relações e articulações de seus componentes para que seja possível entendê-las. Deste ponto, Maturana sugere que é preciso então atentar para duas características fundamentais na observação destas unidades: a sua organização e a sua estrutura. Por organização, Maturana e Varela (1998) entendem a rede circular de operações dentro do sistema. É a partir desta organização vital para o ser vivo que se classificam as diferentes classes (no sentido biológico do termo) dos seres vivos. Ela provê as características que fazem a diferença entre uma flor e um cão, independentemente da sua espécie e raça respectivamente, embora haja dezenas de espécies de flores e raças de cães. Em suma, a organização é o que identifica uma unidade como tal. Maturana exemplifica essa condição com o exemplo da cadeira. Segundo o autor, a cadeira pode ser entendida como uma unidade formada pela organização de suas partes, Portanto, se a cadeira for serrada em pedaços, separando suas partes, ela deixa de ser percebida como tal (ela perdeu a sua organização). O seu proprietário poderia então questionar “por que você destruiu minha cadeira?” sugerindo, então, que uma unidade composta só se mantém como tal se sua organização for preservada. Por estrutura, Maturana e Varela (1998) referem-se às particularidades internas do ser vivo, suas propriedades físicas e o papel destes componentes (sua relação dentro do sistema), como, por exemplo, o efeito dos hormônios e as mudanças estruturais que eles provocam ou ainda o processo de envelhecimento dos seres vivos. A estrutura, destarte, refere-se aos componentes e às relações de uma unidade composta que especificam uma determinada organização. Maturana sugere, à guisa de exemplo, que pode haver vários tipos de cadeiras e que elas são percebidas

como tal. Caso se faça, por exemplo, buracos ou cortes em uma cadeira, elas não deixaram se sê-lo. Seu proprietário desta vez perguntaria “por que você danificou a minha cadeira?”. Isso sugere, portanto, que se a estrutura for alterada, ela apenas se modifica, mas continua sendo o que é. Maturana sugere então que a estrutura é o fator que particulariza uma determinada unidade, e a organização a insere dentro de uma classe comum a outros membros. É possível então modificar a estrutura de uma unidade composta sem que a sua organização se destrua (Maturana, 1999). Estas observações podem ser exemplificadas através da caracterização das células. Maturana e Varela (1998) perceberam que os componentes constitutivos das células estão em constantes relações dinâmicas, numa rede de múltiplas interações. Esta característica é chamada pela bioquímica de metabolismo celular. O caráter distintivo desta dinâmica celular é que ela prove os componentes que criam a rede de transformações que produzem a própria célula. Isto quer dizer que a célula possui os elementos essenciais para a sua formação, constituindo-se como uma unidade dinâmica. Alguns destes componentes criam uma fronteira que, em termos morfológicos, denominamos de membrana celular. Esta membrana não só limita o espaço destas transformações como também desta rede, pois, se não houvesse tal separação espacial a célula não manteria a sua unidade. Assim sendo, um sistema vivo é uma rede recursiva de componentes de produção onde o genoma permite a construção de componentes reguladores. Essa rede é cercada por uma membrana semipermeável através da qual há uma troca seletiva de materiais e formas de energia. Tal constituição independe de uma seqüência, onde primeiro se constrói uma fronteira e posteriormente os processos internos ocorrem: a formação destes elementos, inclusive daqueles que delimitam as células, é única. Além disso, agredir a integridade de uma instância ou de outra resulta na perda da unidade da célula, pois esta característica dinâmica e dual distingue a unidade célula do seu ambiente.

A origem das funções cognitivas está relacionada à complexidade e à especificidade seletiva destas trocas, que são essenciais para a manutenção do sistema. Estas trocas, porém, pressupõem um movimento de adaptação deste organismo. Os organismos mais primitivos, então, para não morrerem quando as condições do seu meio são adversas, desenvolvem-se através de uma adaptação filogenética, ou seja, que está relacionada à história evolutiva de uma espécie ou qualquer outro grupo taxonômico. Isso significa que os genomas mais fortes conseguem manter suas operações vitais – é a descrição da seleção/evolução natural de Darwin (1982).

Organismos complexos, como o do ser humano, realizam um outro tipo de adaptação. Esses organismos precisam desenvolver capacidades de interação que permitam seu metabolismo realizar auto-modulações dependendo do ambiente em que estejam, num processo denominado de adaptação ontogenética.

Na sua forma mais simples, a adaptação ontogenética seria a adaptação alcançada através da ativação seletiva de certos genes quando certas condições ambientais são percebidas. Este tipo de adaptação pode ser entendido como formas de conectar mecanismos de detecção com os mecanismos de regulação do repertório genético, gerando a produção de componentes no organismo que se ajustem as necessidades de auto-manutenção. Esses mecanismos de detecção são considerados as versões mais elementares de percepção e são as bases dos processos cognitivos.

O conceito de percepção sugere um processo de reconhecimento de padrões ligado a conseqüências funcionais para o sistema. Isso significa dizer

que um organismo biológico pode reagir a mudanças no ambiente que são detectadas nas suas fronteiras e, ao captar estas mudanças, gerar uma correlação sensório-motora se ela for viável para o sistema num contexto ecológico (sobrevivência). Em suma, esta desestabilização interna gera uma resposta de adequação (ação motora) que visa a uma adequação epistêmica na interação com o ambiente (produzindo sua modificação), numa busca por um ajuste até que certo grau de equilíbrio seja alcançado.

Durante suas pesquisas, Maturana percebeu a necessidade de se redefinir a fenomenologia do ser vivo em relação a sua própria constituição como ser biológico para assim reconceituar a cognição a partir dos pressupostos acima. O resultado foi a montagem de uma descrição do ser vivo de acordo com as suas configurações processuais e, junto com Varela, a formalização desta nova perspectiva num arcabouço teórico que afirmava que a característica essencial dos sistemas vivos seria a *autopoiese*, ou seja, a capacidade de autoprodução dos componentes que configuram a sua organização. Além disso, os biólogos acima descreveram outras características constitutivas básicas dos seres vivos. A primeira delas, a homeostase, refere-se às leis físicas inerentes a unidade. Um exemplo seria a temperatura constante dos seres homeotérmicos, que é uma dinâmica da estrutura destas unidades que estão sempre em constante mudança sem, contudo, perder a sua integridade individual. O segunda característica seria o fechamento operacional, que se relaciona a organização sistêmica do ser vivo e sua identidade. Segundo esta característica, para que os seres vivos se mantenham como unidade, as suas operações internas devem acontecer dentro dos seus limites constitutivos. Assim, os padrões de relacionamento entre os componentes do sistema precisam manter-se para que este funcione bem. O cérebro, por exemplo, para operar perfeitamente, depende da corrente sangüínea, pois, sem ela, ele morre e toda a organização sistêmica

fica prejudicada. O terceiro e último conceito sugere que eles estão abertos energética e materialmente para o ambiente (respiração, alimentação, por exemplo, são formas de relação do sistema com o seu ambiente).

Desta forma, os autores sugerem que o ser vivo opera sempre na intenção de preservar sua organização como ser vivo. O seu tipo de organização, que os autores chamam de autopoietica que, como acima apontado, sugere uma rede de produções de componentes que produzem a própria rede que o produz de forma a constituir a sua unidade. Estes sistemas, como também já foi apontado, são autônomos, individuais (pois mantêm a sua identidade apesar das alterações), e são unidades (suas operações ocorrem no espaço de suas fronteiras sistêmicas).

Desta forma, observar o que ocorre em seu interior torna-se uma impossibilidade empírica para outros seres vivos, já que para que isso aconteça a sua organização deveria ser rompida. Como é possível, então, observar um sistema autopoietico se ele se constitui como um sistema fechado que, se fora aberto, se desintegra como unidade? Além disso, como um sistema deste tipo pode observar um outro sistema autopoietico?

Maturana e Varela sugerem que o que observamos são as manifestações estruturais de um sistema num meio, ou seja, suas seqüências de mudanças estruturais, diferenciadas e entendidas como condutas que se relacionam às suas interações. Isso significa dizer que o cérebro humano, como parte desta rede sistêmica, funciona de maneira fechada. Ele acessa o mundo externo através de recursos perceptores que sofrem estímulos que funcionam como gatilhos externos e que alteram as propriedades elétricas do sistema. Estes

estímulos elétricos são transferidos para o cérebro em forma de impulsos de acordo com a linguagem do sistema nervoso, que opera de forma fechada.

O que é denominado como percepção pode ser entendido como o processo de diferenciação que um observador faz ao associar a conduta do sistema ao ambiente. Essa conduta é entendida pelo senso comum como sendo uma determinação do organismo. Neste sentido, uma manifestação, ou uma série de manifestações do organismo, pode ser entendida como organismo todo, assim como o meio pode ser percebido dando-se a impressão de que ele está onde o mesmo se encontra, independente do organismo. Na perspectiva aqui esboçada, porém, o observador não é capaz de entender e caracterizar um espaço externo (meio) independentemente de seus próprios limites sistêmicos (o observador é um sistema autopoietico). Segundo Maturana, o fator determinante das mudanças tanto do meio quanto do organismo relaciona-se a suas respectivas estruturas. Contudo, o meio só é entendido como sendo meio a partir do observador. Deste modo, o fator que seleciona as mudanças em cada um é o meio para o organismo e o organismo para o meio, sendo que a seqüência das mudanças é determinada pela seqüência das interações. Em outras palavras, a percepção só ocorre via interação, assim, a "percepção consiste na configuração que o observador faz de objetos perceptivos, mediante a distinção de cortes operacionais na conduta do organismo, ao descrever as interações desse organismo no fluir de sua correspondência estrutural no meio" (Maturana, 199, 72). Durante estas interações, os observadores estabelecem uma certa correspondência entre as suas estruturas e as estruturas do meio, que é o resultado de uma história de sucessivas interações entre estes.

Estas observações sugerem que os sistemas vivos autopoieticos encontram-se em constante processo de transformação. Eles percebem suas

experiências na relação constante com o seu ambiente. Como acontece esta relação?

Acima foi dito que os sistemas vivos são fechados. A rede de operações internas destes é confinada ao seu limite constitutivo definindo-os como unidades autônomas ou autopoieticas, e em constante relação energética e material com o seu ambiente. Desta descrição, pode-se perceber. Logo, um organismo vivo existe (e se identifica) como uma unidade em relação a seu oposto, o ambiente numa relação que pressupõe uma unidade paradoxal correspondendo a teoria dos códigos binários de Spencer Brown (1969) que afirma que um sistema só é pensável em relação ao seu oposto, o não sistema ou ambiente.

Este ambiente só existe para o sistema vivo à medida que o sistema vive uma história de interações. O ambiente, durante essa história de interações, estimulará o sistema vivo (e vice e versa) como que acionando gatilhos que ativam uma rede de relações internas no sistema. O sistema vivo por sua vez tentará ajustar-se estruturalmente em relação a estas perturbações para que a sua organização não seja quebrada. Diz-se, então, que o sistema vivo está estruturalmente acoplado quando ocorre uma congruência estrutural com o seu ambiente.

Em suma, a acoplagem estrutural é uma relação de correspondência estrutural dinâmica com o ambiente na qual a unidade conserva a sua identidade enquanto classe (organização). Esta relação é de suma importância para a manutenção do sistema, pois este sistema perfaz a sua experiência de vida sempre em constante relação com os estímulos externos que o cercam e com a sua relação com eles, de forma que as perturbações causadas por estes

estímulos não destruam sua individualidade. O processo de respiração é um exemplo desta relação. O ambiente provê um elemento (o ar) que, através de uma abertura operacional (resultante do aparato biológico dos órgãos respiratórios e de processos bioquímicos de absorção do oxigênio), interage com o sistema, promovendo uma congruência estrutural entre estes, possibilitando o uso do ar como elemento indispensável para a sua manutenção. Portanto, a abertura operacional, entendida como uma adaptação é uma condição constitutiva da existência de qualquer sistema. Assim toda a história de interações sistema vivo *versus* ambiente tende a ser a história de suas congruências estruturais. Pensado desta forma, o conjunto de transformações que um sistema autopoietico pode sofrer é determinado pela sua organização invariante, e pela sua estrutura. Neste sentido, ele não possui nem entradas nem saídas, de onde se possam sugerir inputs fenomenológicos. As mudanças que um sistema autopoietico possa sofrer são determinadas pela sua organização, e a seqüência em que tais mudanças ocorrem é determinada pela seqüência de deformações sofridas pelo mesmo. É importante lembrar que as deformações a que se submete um sistema autopoietico podem ter duas origens, uma é o meio externo e outra é o próprio sistema (os estados que se constituem para compensar deformações podem gerar outras mudanças compensatórias). Estas duas fontes de deformações são indistinguíveis na organização autopoietica e o entrelaçamento das duas faz parte de uma única ontogênese.

Estas questões estão diretamente ligadas à natureza do sistema nervoso. Maturana (1997) caracteriza esse sistema como sendo fechado, já que sua configuração segue os princípios organizacionais e estruturais dos sistemas autopoieticos. Assim, sendo, não há contato direto com seu ambiente externo. O cérebro apenas registra sinais neuronais que não dizem nada a respeito das coisas que estimularam os órgãos sensoriais. O cérebro é, pode-se então dizer,

cognitivamente e semanticamente fechado e é auto-referencial e auto-explanatório, ou seja, não tem acesso direto a externalidade. Segundo Schmidt (1987), "Ele opera recursivamente sobre suas próprias operações". Ele acessa o mundo externo através de recursos perceptores que sofrem estímulos que funcionam como gatilhos externos e que alteram as propriedades elétricas do sistema. Estes estímulos elétricos são transferidos para o cérebro em forma de impulsos de acordo com a linguagem do sistema nervoso, que opera de forma fechada. Fechamento operacional é a característica da organização do sistema nervoso que o constitui como uma rede de componentes ativos que, em qualquer mudança de relação entre estes componentes, leva a outras mudanças no interior deste sistema. Quando se move o braço para cima, por exemplo, observa-se a contração de certos músculos que produzem este movimento. Para o sistema nervoso o que acontece é a constante relação entre elementos sensório-motores numa operação circular de mudanças de relação. Já para os observadores, esta é uma mudança de comportamento. Contudo, para o sistema nervoso, estas são apenas operações circulares nas quais todo estado de uma atividade leva a outro estado na rede interna da unidade do sistema sem provocar a perda da unidade deste sistema.

Distinguem-se, portanto, duas dimensões da constituição cognitiva: o cérebro em si e o mundo cognitivo (Roth, 1986). O cérebro em si é parte do corpo físico e pode ser descrito e explicado de acordo com a autopoiesis. As operações cognitivas são determinadas por este aparato biológico e, conseqüentemente, é responsável pela construção do conhecimento individual e do conhecimento do mundo, possuindo os mecanismos inatos para se checar estes acontecimentos, que são gerados de acordo com condições biopsicosociais.

O mundo cognitivo consiste na percepção do sujeito como sujeito, de uma forma que este relacione seu corpo, seus pensamentos e seu próprio existir a ele mesmo. O indivíduo, ao realizar este processo de auto-observação, percebe as suas vivências e experiências. Em outras palavras, o mundo cognitivo é a realidade local e temporal do sujeito e para o sujeito. Este é o mundo do observador, no qual perceber é um sinônimo de fazer.

Essas são as bases fundamentais pelas quais o Construtivismo Radical, que nasceu na Alemanha há cerca de 20 anos, propõe redimensionar as bases da ciência e da filosofia com a sua abordagem às questões da natureza da cognição e sobre como adquirimos conhecimento. Nas palavras de Glasersfeld (1996), trata-se de

... uma abordagem não convencional do problema do conhecimento e do conhecer. Ela parte da premissa de que o conhecimento, não importa como ele é definido, está na cabeça das pessoas, e que o sujeito pensante não tem outra alternativa senão construir o que ele ou ela sabe com base na sua própria experiência.

Essa forma de abordar as questões do conhecimento tem como pressuposto absoluto a noção da construção como fator determinante da realização do ser humano. Para esta corrente, o que fazemos com a experiência constitui o único mundo que conscientemente vivemos. Todas as experiências são essencialmente subjetivas e, embora se tenham razões para acreditar que experiências vivenciadas por diferentes pessoas possam ser muito parecidas, o sujeito não possui recursos para saber se isto é verdade. As experiências da linguagem e da interpretação não são exceções. Esta posição deriva de pressupostos básicos de várias áreas do saber, como, por exemplo, da psicologia e da teoria cognitiva de Piaget, da filosofia de Berkeley e de Vico e mais expressivamente das teorias de Humberto Maturana e Francisco Varela

que examino neste capítulo. O termo chave destas teorias adotado pelo Construtivismo Radical é o conceito de observador. Um observador é qualquer pessoa que vive em sociedade e processa suas informações por meio da linguagem durante sua vida (Maturana e Varela, 1998). Vivendo na linguagem os seres humanos observam a vida e perfazem operações de distinção (Maturana e Varela, 1998). Operações de distinção são aquelas que resultam em unidades (ações, coisas, seres vivos ou pensamentos) observadas pelo indivíduo e por eles percebidas como fatos isolados. Estas unidades são usadas nas interações com outros observadores. A estas unidades os observadores atribuem valores ontológicos, ou seja, eles podem considerá-las independentes deles e das circunstâncias na qual eles se encontram. Este modo de ver as coisas como elementos independentes relaciona-se à tradição filosófica que acredita na possibilidade de se adquirir conhecimento sobre a realidade objetiva. A este tipo de relacionamento com a realidade Maturana e Varela (1998) chamam de explicação com objetividade. Contudo, se os observadores refletirem sobre suas experiências, sobre a forma como eles dão explicações sobre elas, eles perceberão que todo o seu agir se fundamenta nas suas próprias observações, na linguagem e nas operações de distinção que ele perfaz. Esta forma de ver é chamada de “objetividade entre parênteses” (Maturana e Varela, 1998 tree). Para o Construtivismo Radical, esta última visão está de acordo com seus pressupostos, pois esta corrente postula que a realidade se constitui a partir e pelo observador: não existe um mundo dado aprioristicamente. Conhecer, portanto, é fazer.

Algumas linhas acima, aponte para o questionamento do status do fato histórico a partir da possibilidade de se construir uma visão do conceito de história fundamentado numa perspectiva pragmática e construtivista. Ao discorrer então sobre os fundamentos de uma perspectiva como esta até agora,

algumas reflexões importantes para as pesquisas sobre a historiografia e a história da literatura parecem ganhar novas dimensões.

Indagações clássicas sobre como o ser humano organiza suas experiências naquilo que ele chama de realidade ganham novas e interessantes tonalidades a partir desta teoria. Assim questões que se relacionam a esta necessidade presente de investigação podem ser redimensionadas. Talvez a mais importante para a história fosse a idéia de se pensar sobre a realidade que se apresenta no discurso histórico. No entanto, a partir de agora, a indagação se desloca de um arcabouço imanentista e se organiza em torno da concepção de um conceito de realidade que estabeleça relações sistêmicas e oriente as descrições de ações sistêmicas (conhecimento) num determinado ambiente. Os desígnios, objetivos e a legitimação de uma historiografia literária estão diretamente atrelados à implementação ou interpretação desse conceito. Outras idéias como “literatura”, “história”, “história da literatura”, “estudo da literatura”, “teoria” e “método” são também cruciais, mas é a partir de uma noção de realidade que instaura uma maneira de perceber a sociedade que eles serão construídos. Cada definição da realidade, cada enquadre epistemológico, produz então, tipos de histórias literárias bastante diferentes. Por conseguinte, modelos diferentes de descrição da realidade produzirão histórias (literárias) diversas como, por exemplo, a historiografia baseada na tradição marxista que se propõe a descrever a história como uma cadeia de acontecimentos que obedecem a certas tendências evolutivas.

No âmbito das produções historiográficas, assim sendo, as construções realizadas pelo sistema nervoso são a visão do mundo do observador, ou ainda como denomina Schimidt (1996) um modelo de mundo que se situa no interior do sistema neuronal. Esta construção interna resulta das condições de ação do

equipamento biológico e das condições de ação deste sistema derivadas de um complexo processo de socialização. Podemos dizer que os sistemas cognitivos são participantes ativos na construção de realidades.

Conforme descrito, são os indivíduos que constroem, em sociedade, a sua realidade. Quais seriam, então, os processos constitutivos da realidade? No intuito de dar conta da definição de realidade, tentarei estabelecer uma comparação com outro conceito, também central, nas discussões sobre literatura e história da literatura: o conceito de ficção.

Ao dicotomizar o existir humano em caverna e sol, no livro XII de A República, Platão inaugura a divisão metafísica entre realidade e idealidade. Reiterando esse distanciar, a produção artística também é afastada da realidade, e torna-se mimese. A história dos estudos literários fundamentou-se por muito tempo nestes conceitos. Recentemente Iser em *O Fictício e o Imaginário* (1996) refuta o dualismo platonista e concebe três reinos: o real, o ficcional, e o imaginário. Nas suas palavras

Ficções não só existem enquanto textos ficcionais, mas também desempenham um papel tão fundamental nas atividades do conhecimento, do agir, do comportamento quanto na fundação de instituições, sociedades e visões do mundo.

Seguindo o mesmo pensar do autor acima, Costa Lima (1995) no seu estudo sobre a mimese, afirma que "a ficção não representa a verdade, mas tem por ponto de partida o que criadores e receptores têm por verdade" (Costa Lima, 1995: 306). A sociedade depende, portanto, de uma estabilização ou da construção de um domínio de relações em comum.

A questão dos domínios ocupa um lugar central na obra de Maturana e Varela. Um domínio é uma descrição de um mundo gerado pelos observadores. Estes domínios são construídos graças à plasticidade estrutural dos sistemas cognitivos, que dependem desta plasticidade para se manterem e interagirem com o seu ambiente. O domínio lingüístico, ou o domínio consensual de interações comunicativas, é de extrema importância para este processo de interações. No que diz respeito a sua descrição, Maturana e Varela (1980) apontam como característica principal da sua formação a construção de orientações comportamentais específicas (comunicativos), pelas quais os organismos acoplados orientam-se mutuamente. O conjunto de todos os comportamentos lingüísticos que um indivíduo pode realizar é o seu domínio lingüístico.

Não há, de acordo com a teoria aqui descrita, correspondência entre um comportamento lingüístico e a ação que ele coordena, por exemplo, não há semelhança entre a palavra mesa e o processo de construção de distinções que o observador processa ao observar a unidade mesa. Há, na verdade, um sem número de formas que uma interação pode ser estabelecida (*mesa, table, tafel*, etc.). Na coordenação lingüística destas ações e interações os seres humanos dão vida a um novo domínio, o da linguagem. Os observadores operam na linguagem quando eles percebem que os objetos das suas distinções lingüísticas são objetos do seu domínio lingüístico. Isto quer dizer que o observador vive na linguagem e a percebe quando vê que os objetos do seu domínio lingüístico são elementos deste próprio domínio, ou seja, são objetos da linguagem.

Para um observador, dizem Maturana e Varela (1998) “A coordenação lingüística de ações aparece como distinções lingüísticas. Elas descrevem

objetos no ambiente daqueles que operam num domínio lingüístico”. Portanto, quando um observador age num domínio lingüístico, ele opera num domínio de descrições. O domínio lingüístico torna-se parte do ambiente no qual as coordenações lingüísticas acontecem. Ao usar a linguagem para perfazer suas observações o observador recorre à linguagem e todas as suas descrições são descrições lingüísticas. A descrição que faço agora é um exemplo. Estou usando a linguagem para fazer uma descrição da linguagem. Os autores supracitados afirmam que os seres humanos se identificam e se percebem como parte de uma sociedade no evento da linguagem

Por termos a linguagem, não há limites para o que podemos descrever, imaginar ou relatar. Ela (a linguagem), portanto, permeia toda nossa ontogenia como indivíduos: do ato de andar às atitudes políticas” (Maturana e Varela, 1998).

A linguagem em uso, ou o *linguagir*, não transmite nenhuma informação, mas refere-se à atividade social que surge com a coordenação de ações que foram acopladas no processo de mútua adaptação pelos membros de um grupo social. Sem tal coordenação do agir não haveria a possibilidade de se fazer a linguagem e de se descrever. Sem esta possibilidade da descrição, o observador não teria como fazer com que as suas distinções se tornassem conscientes, e nem tampouco operar distinções entre ficção e realidade.

Portanto, em relação à construção de padrões que possam delinear uma diferença entre ficção e realidade “perceptível”, Costa Lima (1995: 306) atesta que “o ficcional literário tem um potencial questionador enquanto as 'ficções do cotidiano' dependem de que os parceiros não as ponham em discussão”. A mimese social, ou realidade, assim sendo, esta relacionada à consolidação das normas sociais e depende de uma estabilidade. Contudo, esta não é imutável. A realidade é mutante no sentido de que novas construções adquirem, quase sem

que se perceba, legitimação social. Assim como as ficções literárias, elas se caracterizam como fatos sociais que dependem da legitimação da sociedade. Vejamos como tal ação se desenvolve na visão do Construtivismo Radical.

Neste processo de construção de realidades, ou de construção da ordem como colocado por Foester (1996), vários fatores são cruciais. O primeiro deles é o ruído externo, ou seja, os estímulos sensoriais percebidos pelo sistema nervoso através dos sentidos. Em segundo lugar os esquemas para a cultura da ordem, ou seja, as rotinas comportamentais desenvolvidas num domínio lingüístico. O terceiro é o processo de criação de critérios de avaliação das estratégias e resultados das ações do sistema cognitivo. Além destes, a motricidade sensorial tem papel fundamental neste processo de estabilização, pois é mediadora da experiência neuronal e da sensório-motora. O último item deste processo é a memória, que retém toda a experiência e todos os esquemas e os tornam presentes como referência ao agir.

Do entrelaçamento destes fatores e operações emerge aquilo que chamamos de saber, de experiência, de sentimento. Para se provar, por exemplo, que temos consciência de algo, não é a sua comparação com a "realidade" que será usada, mas sim a sua viabilidade, aplicabilidade e sucesso no plano social. Estas categorizações são atingidas no agir e no comunicar, ou seja, na recorrência das aberturas operacionais e congruências estruturais em sociedade (domínio social e lingüístico), que acontecem pela e na linguagem (domínio da linguagem). Esse é um processo contínuo que coloca as individualidades cognitivas num paralelismo parcial e operacional. Na medida em que eles geram hipóteses de realidade comparáveis através desses paralelismos surgem espaços de convívio comunitários, denominados de domínios sociais.

Nesse sentido todo o comportamento social se baseia num modelo de realidades que foi gerado pela comparação em paralelo de ficções de realidade criadas pelos sistemas cognitivos. Os membros deste sistema social agem e se comunicam sobre a base de modelos de realidade e agem socialmente para alterá-los. Sem o movimento de comparações acima descrito, ou seja, a possibilidade de abertura operacional que é denominada de interação, tal contato social não seria possível e não haveria a possibilidade de construções interpessoais. Isto significa dizer que as ficções socialmente construídas, validadas e aproximadas formam o domínio de referência das comunicações e da vida das individualidades cognitivas (e não a realidade ontológica).

Assim sendo, os seres humanos constituem ambientes viáveis à sua sobrevivência e adquirem experiências em domínios consensuais com outros seres humanos. Portanto, a fronteira entre ficção e realidade é uma questão heurística e dependente da relação entre os membros de um grupo social. A realidade não se manifesta ou é apreendida, assim como afirmam várias correntes da filosofia: ela é uma relação dinâmica e mutável.

De acordo com os pressupostos descritos acima, foram gerados os seguintes desdobramentos relativos à composição das relações humanas e sociais.

O primeiro é de que todo o conhecimento depende do observador. Além disso, conhecer é sinônimo de fazer (Maturana e Varela, 1998), ou seja, o que se entende por conhecimento só se viabiliza pelo e no agir, o que sugere então que as noções de conhecimento ontológico ou objetivo devem ser repensadas. Além disso, conceitos como saber absoluto, verdade suprema, princípios últimos não coadunam com os pressupostos descritos acima.

A guinada acima descrita se fundamenta na concepção da linguagem como peça fundamental desse processo de construção de conhecimento. A sua função é a produção de campos consensuais de conduta que guiam os observadores na sociedade. O processo comunicativo, conseqüentemente, é oriundo da construção de campos interativos comuns e do desenvolvimento de esferas consensuais resultantes da acoplagem estrutural dos observadores. Assim, o que chamamos de interação pode ser entendida como uma abertura operacional que ocorre anteriormente a qualquer comunicação. Desta forma, os sinais da linguagem “materializam” experiências comunicativas. Eles não se referem à entidades não verbais na “realidade”, mas ao nosso conhecimento comum de possíveis referências. Os sinais da linguagem se referem à práticas (ações) sociais.

No que diz respeito à produção historiográfica, a principal conseqüência desta descrição foi a fragilização dos alicerces do preceito de uma realidade maiúscula, única e ontológica. Os elementos sociais que eram antes considerados como imutáveis passam a ser vistos como produtos de uma complexa rede de interações sujeita as particularidades epocais e espaciais. O que antes era extremamente confortável torna-se impreciso e amplo, levando muitos estudiosos a pensarem não mais nas fronteiras do conceito, mas na sua alteridade.

Esta postura se aproxima de perspectivas teóricas que adotam a contingência como objeto de sistematização. A percepção da contingência do que se entende por realidade sugere uma atenção às disparidades, às inconstâncias e aos fenômenos regionais e locais não universalizáveis desprezados pelas teorias sociais clássicas. Uma das mais típicas posturas

destas linhas clássicas era a idéia de se associar áreas específicas da atividade humana a conceitos totalizantes, como por exemplo, a tendência a se pensar a esfera da produção artística a partir da análise de como ela é moldada pelo meio social (Burke, 1992). Essa tendência observava como a estrutura social (os meios de produção, por exemplo) influenciava e determinava reflexos nestas atividades. Essa postura, muito adotada por alguns teóricos da arte e da literatura, sofreu duras críticas nos últimos anos. Uma destas linhas antagônicas direciona o conceito de cultura para as manifestações periféricas da sociedade e como estes grupos articulam a perspectiva simbólica do comportamento humano (Bourdieu, 1977). Destarte, abandona-se a idéia de um local específico como ponto de referência para um conceito totalizante da realidade (e da cultura) e passa-se a procurar entender os sistemas de significado produzidos no âmbito das contingências sociais em busca de padrões específicos em espaços determinados. Essas contingências fazem com que os fenômenos passem a ser percebidos como fundamentados numa “incerteza” que produz um incessante processo de reestruturações. Novas perspectivas sociológicas, como a idéia de uma criatividade coletiva, passaram a indicar a potencialidade construtiva do fazer social que destaca a importância do pensamento e da imaginação na produção da sociedade. É o advento do imaginário social. Uma outra contribuição a este debate aponta para o conjunto de estratégias que permitem aos indivíduos produzir uma série de alternativas de ação em um ambiente que está sempre em modificação. Estes “esquemas”, assim como denominados por Bourdieu (1977), sugerem uma adaptabilidade dos atores sociais, que delineiam possibilidades de abordar um fenômeno social específico a partir da criatividade cultural que permite ao indivíduo entender este fenômeno através do abalo (ou desconstrução) de suas estruturas formadoras. Isso significa atestar a percepção de diversos subsistemas que se organizam para formar o tecido social, entre eles, por exemplo, o sistema artístico, evidenciando uma impressionante

dimensão multiestrutural e multicontextual, correspondendo à dispensa de quaisquer fundamentos ontológicos estáveis.

A teoria postulada por Niklas Luhmann, por exemplo, oferece uma alternativa sistêmica para a descrição das sociedades complexas. A partir da diferenciação entre sistema e ambiente, que vislumbra uma caracterização da sociedade como sendo funcionalmente diferenciada e sugere que a construção de sentido é equivalente a construção de identidade (Luhmann, 1984), o autor caracteriza os sistemas sociais à Maturana e Varela, à medida que os princípios de modulação autoreferencial e do contraste entre sistema e ambiente em função da porosidade de suas fronteiras são descritos como auto-reprodutores.

A proposta de Luhmann gira em torno de uma teoria da observação que não demanda distinções iniciais seguras e irreversíveis, formando a base de investigações posteriores. Neste sentido, inexistem tanto processos de observação originários quanto finais. Em compensação, desenha-se uma possibilidade de se organizar uma descrição teórica complexa cuja rede de conceitos possibilita inúmeros inter-relacionamentos e que, segundo o autor, se organizam em busca de uma redução de complexidades.

A descrição da sociedade proposta por Luhmann sugere que a possibilidade de se reorientar as pesquisas sobre as ações sociais através de processo de comunicação. No caso da literatura, essa proposta encontra ressonância na estética da recepção e do efeito, teoria esta última que já visava desconstruir conceitos de identidade e totalidade baseadas na estabilidade do texto através do papel construtivo do leitor e da sua descrição dos processos literários. Além disso, a possibilidade de lidar com complexidades crescentes e de constante transformação e a construção de análises funcionais que

dispensam pressupostos de estruturas globais subjacentes aos componentes sistêmicos que as condicionam, ou seja, não se prendem a uma totalidade que justifique as razões de seus produtos fora do espaço do sistema literário, tornam as propostas de Luhmann atraentes.

A partir desta perspectiva, uma teoria da escrita de história da literatura que queira se pautar pelo princípio de construtividade encontraria ressonância nesta teoria sistêmica da sociedade, pois ela subscreve a percepção de que os fatos históricos não podem ser considerados como fontes ontológicas da verdade histórica. Eles são peças constitutivas de um domínio social específico e um foco particular na descrição do passado. Além disso, toda a combinação de fatos históricos é uma construção dependente do sujeito e das escolhas teóricas por ele feitas, e que deve ser avaliada como pertinente em relação aos pressupostos, aos interesses e ao conjunto de valores de seus pares que, interagindo numa comunidade (literária), aceitam uma história de literatura como uma história válida.

Uma outra questão redimensionada a partir de visões sistêmico-construtivistas da sociedade é a noção de fonte histórica, que também precisa ser problematizada em relação a seu status como narrativa ou descrição do passado. Seja qual for a sua origem (documentos oficiais, imagens fotográficas, depoimentos, etc.), elas são também construtos e como tal devem ser tratadas como visões de mundo. Uma das tarefas do historiador da literatura talvez seja observar não mais estes fatos como representativos do passado, mas estabelecer percepções de superfície das suas relações semânticas num domínio comunicativo. Isso significa dizer que estes funcionaram como elementos a serem relacionados a partir de suas possibilidades como participantes dos processos de construção de sentido num determinado contexto

comunicativo, e não como depositários de verdades empíricas. No caso da literatura, esta pretensão é imediatamente posta em xeque pela própria natureza dos seus elementos que mais claramente são entendidos como itens avaliados e interpretados sincronicamente. Esta postura se relaciona a percepção já amplamente debatida pela historiografia que o conhecimento do passado ocorre sempre no presente de sua tematização.

Além disso, estas tendências construtivistas sugerem que a criatividade e a imaginação funcionem como instrumentos de acoplagem que possibilitam a geração de conceitos, organizações de processos cognitivos, de modelos de comportamento e de metodologias para a construção de descrições históricas plausíveis. Estes fatores representam a capacidade das individualidades cognitivas de criar laços em domínios específicos, gerando soluções na busca do equilíbrio com o ambiente. Desta maneira, a produção de histórias de literatura coloca-se como um instrumento neste processo de adaptação e acoplagem, talvez encontrando a sua função no domínio social, e não mais como um instrumento de projeção do futuro construído com objetivos didáticos.

Este breve debate sobre as tendências da historiografia literária que aqui construí exemplifica como a força epistemológica da história foi relativizada nas últimas décadas. Além disso, a ampliação dos conceitos de texto e discurso, dado o efeito das teorias da linguagem, expandiu conseqüentemente o leque de elementos estudados pelos profissionais que se identificavam como “teóricos da literatura”. Esta ampliação também gera questionamentos relativos ao interesse pelas obras que se enquadravam no cânone instituído pela tradição histórico-literária. Os vastos panoramas nacionais foram colocados de lado como alternativas de investigação em nome de pesquisas mais específicas ligadas ou a temas transnacionais (etnia, sexo, gênero, por exemplo) ou por questões sobre

a sua própria configuração conceitual e “meta-teórica”. Outras manifestações artísticas, sob o signo dos “discursos” também passaram a circular livremente pelas salas dos departamentos de literatura como, por exemplo, a produção fílmica, a música popular, a televisão. Qual seria então a função de um conceito de literatura neste espaço de tendências aparentemente universalistas que, em suas posturas mais simplistas, tendem a propor uma visão da literatura como se ela fosse uma espécie de elemento desprovido de uma organização e estrutura própria? (Acízelo, 2003 p.155). Isso significa afastar-se da obrigação de se desenvolver operações de distinção teoricamente complexas e que permitam pensar qualquer fenômeno social a partir de sua constituição como um elemento do sistema social. Sem esta reflexão, todo o esforço de se pensar em propostas multi, trans e inter-disciplinares tenderão ao utilitarismo totalizante, pois esquecerão a evidência de que para transcender uma especialidade é preciso que ela exista. Deste modo, o meu próximo passo é pensar então o que este trabalho entende como literatura, elegendo uma postura sistêmico-construtivista para esta reflexão.